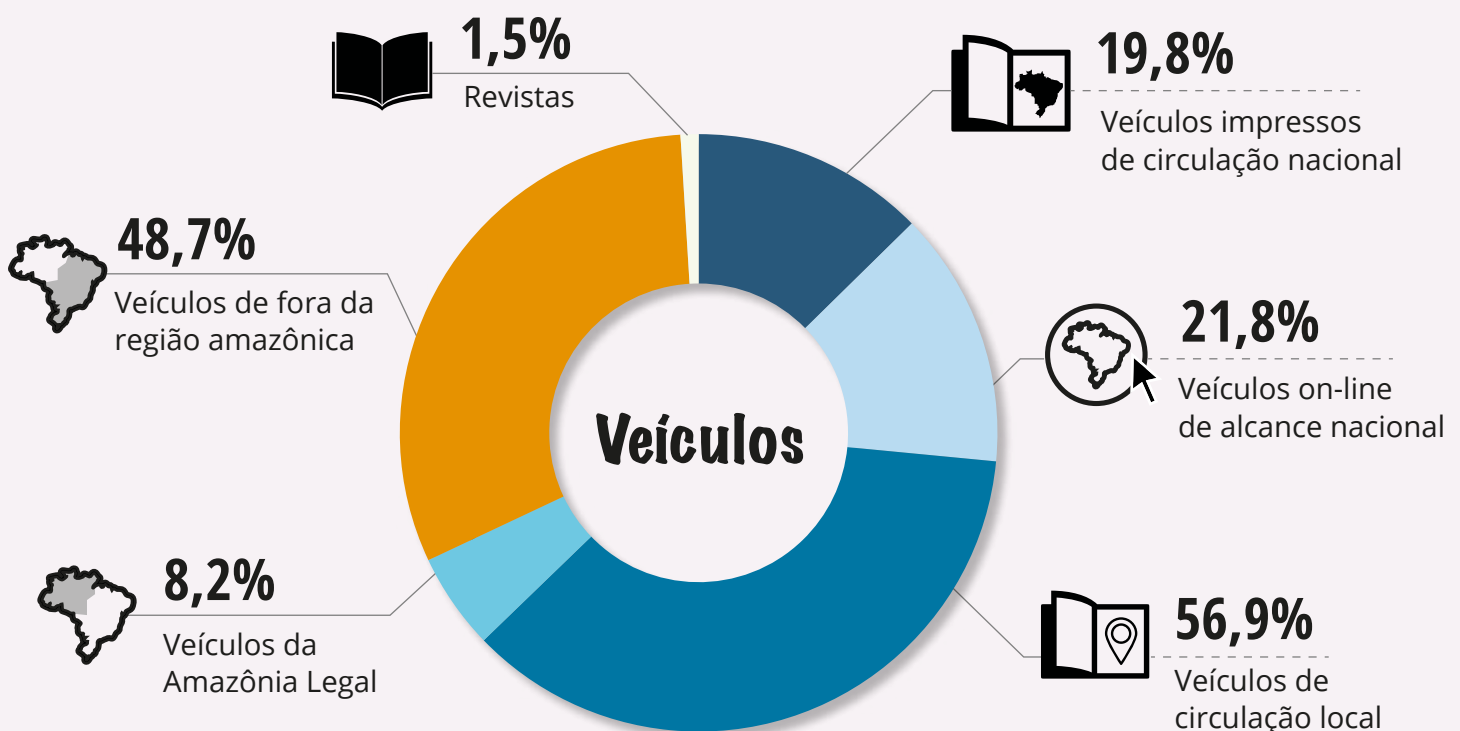
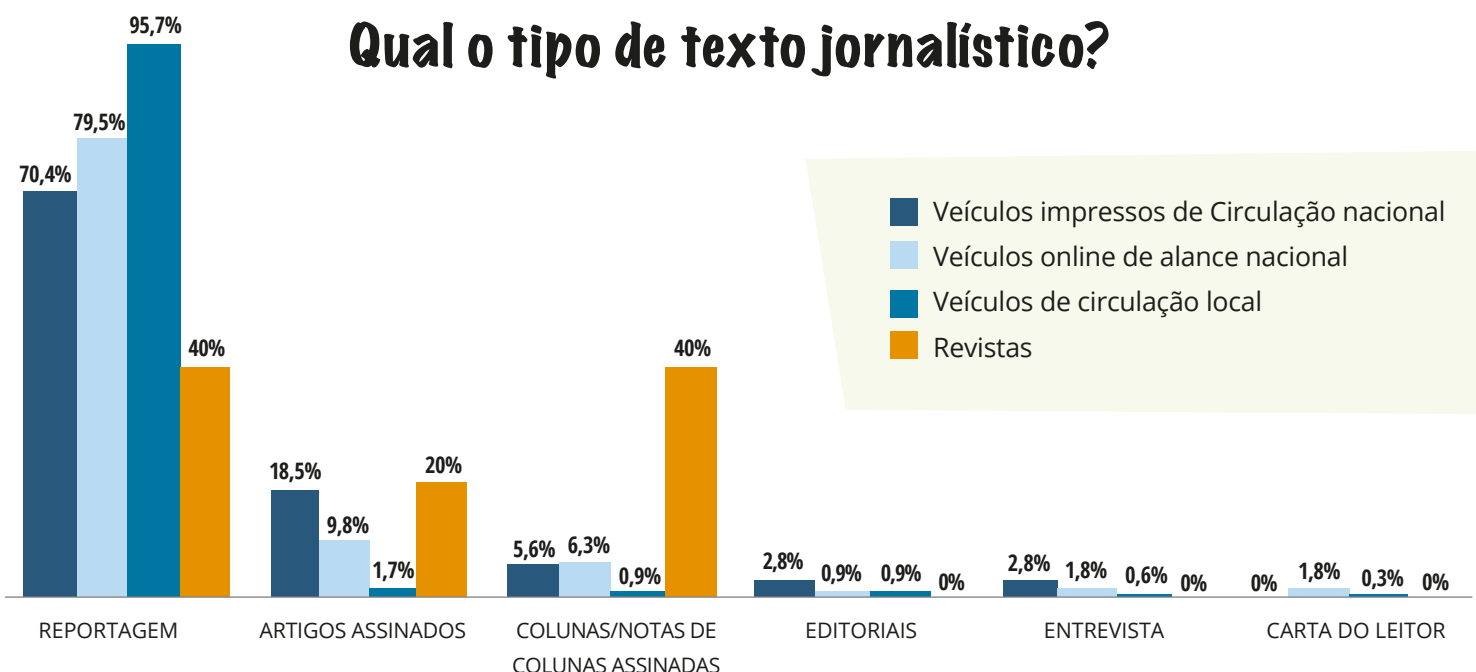


Aspectos gerais

Ao longo de 40 dias de monitoramento foram identificadas 721 notícias sobre a emissão de gases de efeito estufa ou sobre as mudanças climáticas propriamente ditas. A maior parte deste material (56,9%) foi publicada nos jornais de circulação local, que representam a maioria dos veículos acompanhados. Considerando a média de publicação individual em cada grupo, os portais on-line se destacaram com uma média de 31 notícias publicadas por veículo. Nos meios impressos de alcance nacional essa média foi de 29 textos. Os jornais de repercussão local ficaram bem abaixo deste patamar, com apenas 10 notícias por veículo, seguidos pelas revistas, com média de 3 publicações. Ressalva-se que as revistas possuem uma distribuição semanal ao passo que os jornais têm uma produção diária. As reportagens foram maioria, mas chamam atenção os altos índices de artigos assinados nos diários impressos de circulação nacional e nas revistas, cerca de 20%.

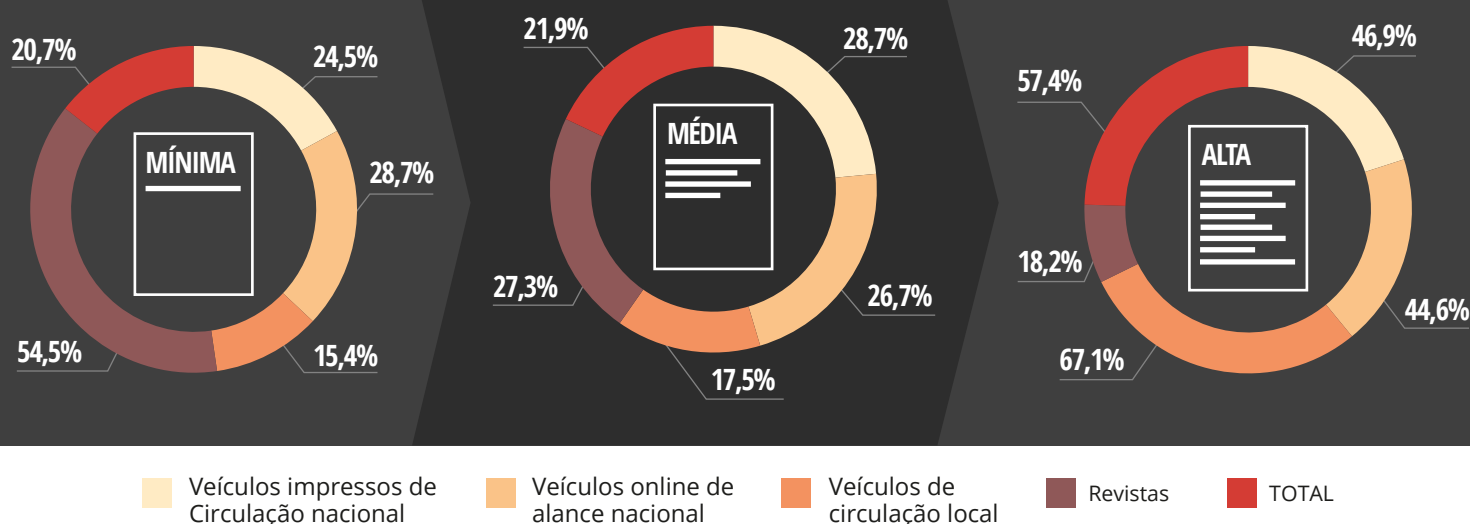


Qual o tipo de texto jornalístico?



Dimensão da cobertura sobre emissões/mudanças climáticas

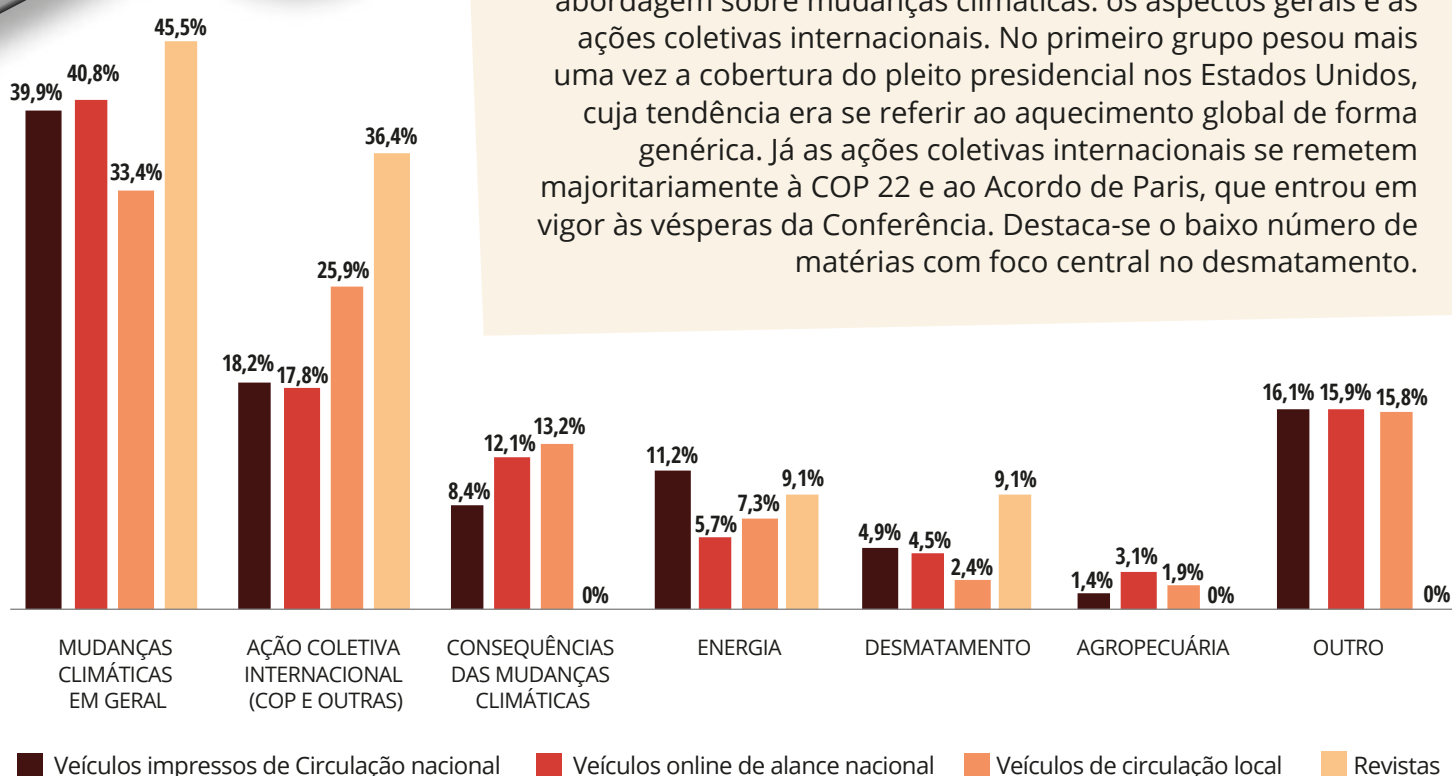
As emissões e as mudanças climáticas foram abordadas de forma lateral (dimensão mínima) em pouco menos de ¼ do material publicado, com destaque para as revistas, onde esse índice foi de 54,5%. Por outro lado, em cerca da metade dos textos o fenômeno do aquecimento global foi o foco central da discussão. As revistas são a exceção, nelas apenas 18,2% das matérias foram consideradas como “dimensão alta”.



A cobertura da campanha eleitoral norte americana e a repercussão das declarações do então candidato Donald Trump ajudam a compreender o grande número de notícias com dimensão mínima. A imprensa repercutiu amplamente o ceticismo de Trump em relação ao aquecimento global, muitas vezes com colocações pontuais em meio ao noticiário político.

Foco central da discussão sobre emissões/mudanças climáticas

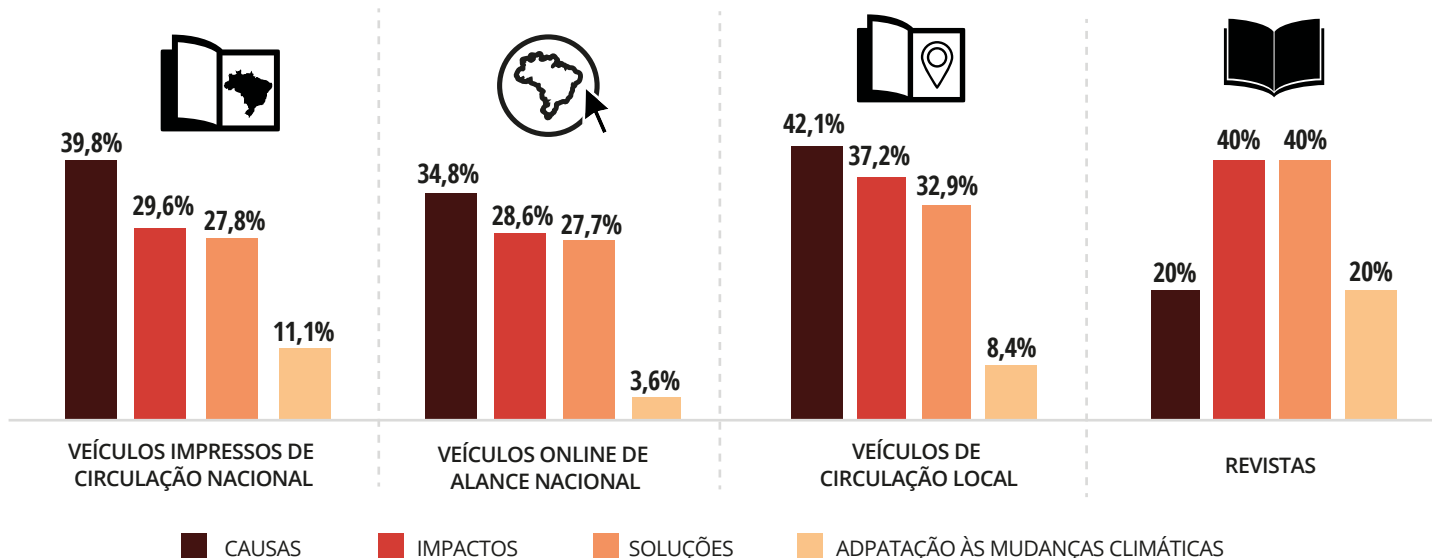
Duas questões se sobressaíram como foco central da abordagem sobre mudanças climáticas: os aspectos gerais e as ações coletivas internacionais. No primeiro grupo pesou mais uma vez a cobertura do pleito presidencial nos Estados Unidos, cuja tendência era se referir ao aquecimento global de forma genérica. Já as ações coletivas internacionais se remetem majoritariamente à COP 22 e ao Acordo de Paris, que entrou em vigor às vésperas da Conferência. Destaca-se o baixo número de matérias com foco central no desmatamento.



Aspectos qualitativos I

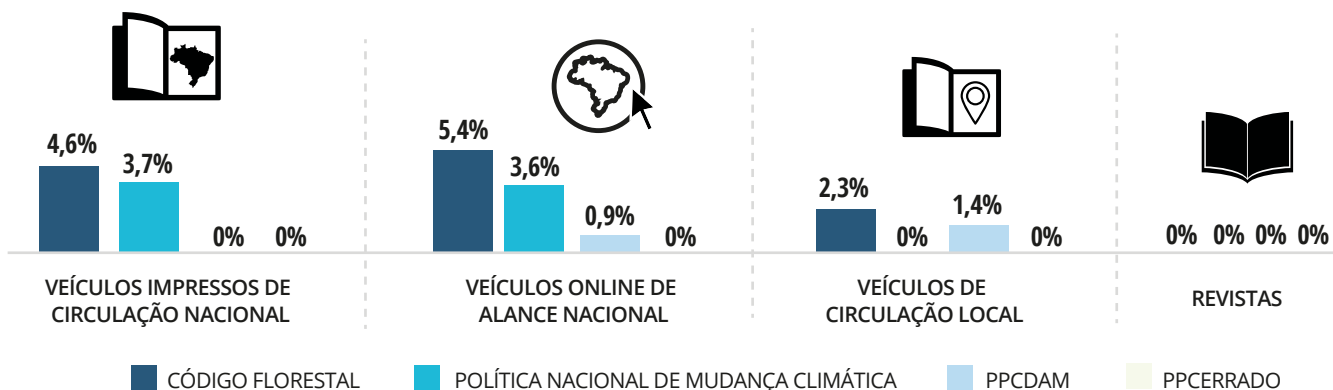
Os textos analisados apresentaram indicadores positivos no que diz respeito a causas, impactos e soluções para o aquecimento global. Esses elementos, que indiscutivelmente contribuem para a qualidade da informação, foram mencionados em cerca de 1/3 da amostra. Por outro lado, estas mesmas matérias não conseguiram avançar na discussão sobre medidas de adaptação ao fenômeno, destaque apenas para as revistas onde este aspecto esteve presente em 20% das notícias.

Menção a causas, soluções, impactos e/ou adaptação às mudanças climáticas



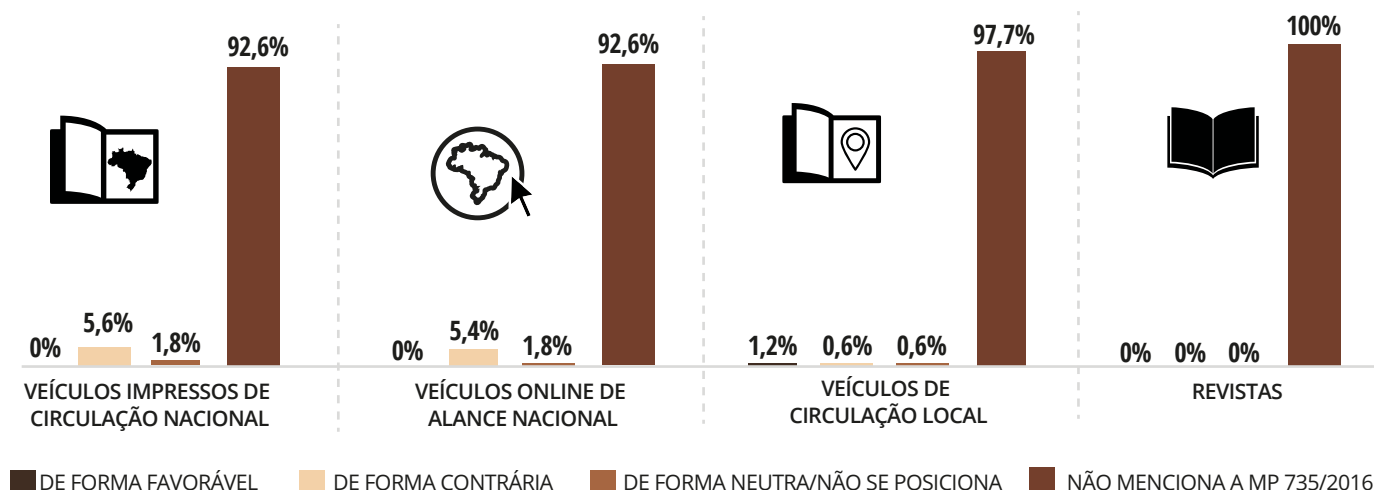
Foram consideradas como causas a referência a setores da economia que contribuem para a emissão de CO² e a práticas diversas, individuais ou coletivas, que podem acirrar o desequilíbrio da temperatura. As soluções se remetem a experiências ou sugestões concretas de contenção do aquecimento.

Menção a políticas e/ou marcos regulatórios



O espaço concedido aos principais arcabouços legais e às políticas públicas vinculadas às mudanças climáticas e a seus agentes causadores foi quase inexpressivo. O Código Florestal foi mencionado em não mais que 5,4% dos veículos em cada grupo. A Política Nacional de Mudança Climática e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) alcançaram patamares ainda menores. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) foi uma das ausências da cobertura, mesmo diante da divulgação dos dados do TerraClass Cerrado 2013 (monitoramento realizado pelo INPE) no intervalo da pesquisa (26 de novembro de 2016).

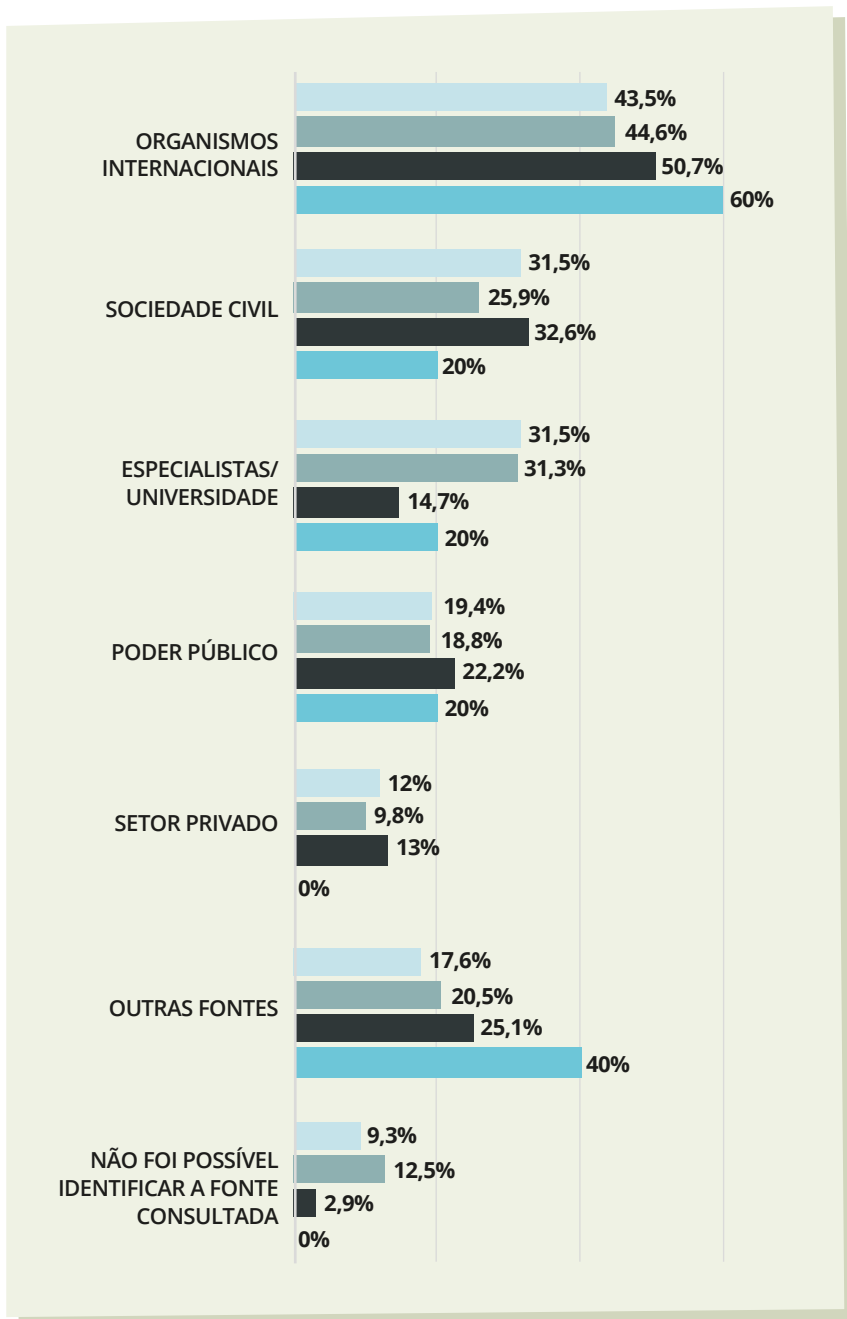
Menção à MP 735/2016 - regulação do setor elétrico/incentivo a termelétricas a carvão



As revistas não fizeram qualquer alusão às legislações consideradas neste levantamento, tampouco à Política Nacional de Mudança Climática.

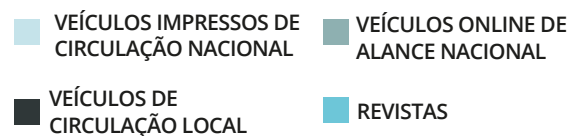
Aspectos qualitativos II

Fontes consultadas para a elaboração da matéria

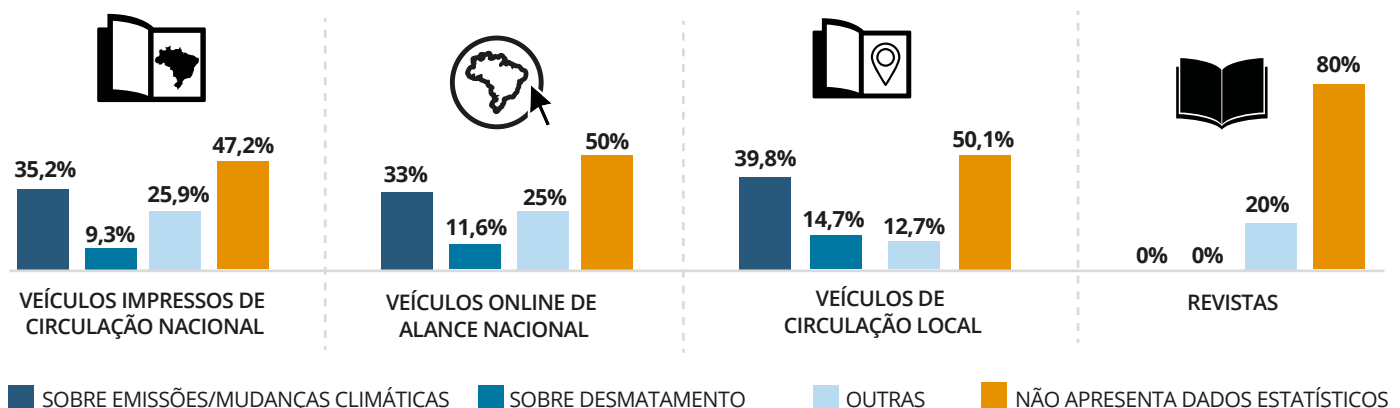


As fontes vinculadas aos organismos internacionais foram consultadas em aproximadamente metade das matérias, neste grupo pesaram principalmente os representantes de governos estrangeiros, cujos discursos proferidos na COP 22 repercutiram na cobertura do evento. A sociedade civil, representada por diversas organizações não governamentais, ficaram em segundo lugar. Em seguida estão os especialistas e os institutos universitários de pesquisa, empatados com os representantes do poder público. O setor privado ocupou menos espaço em relação aos demais grupos.

Um aspecto positivo da cobertura foi o emprego de dados estatísticos para a contextualização das mudanças climáticas. Pelo menos metade das notícias utilizaram este recurso para oferecer ao leitor uma referência concreta sobre o tema abordado.

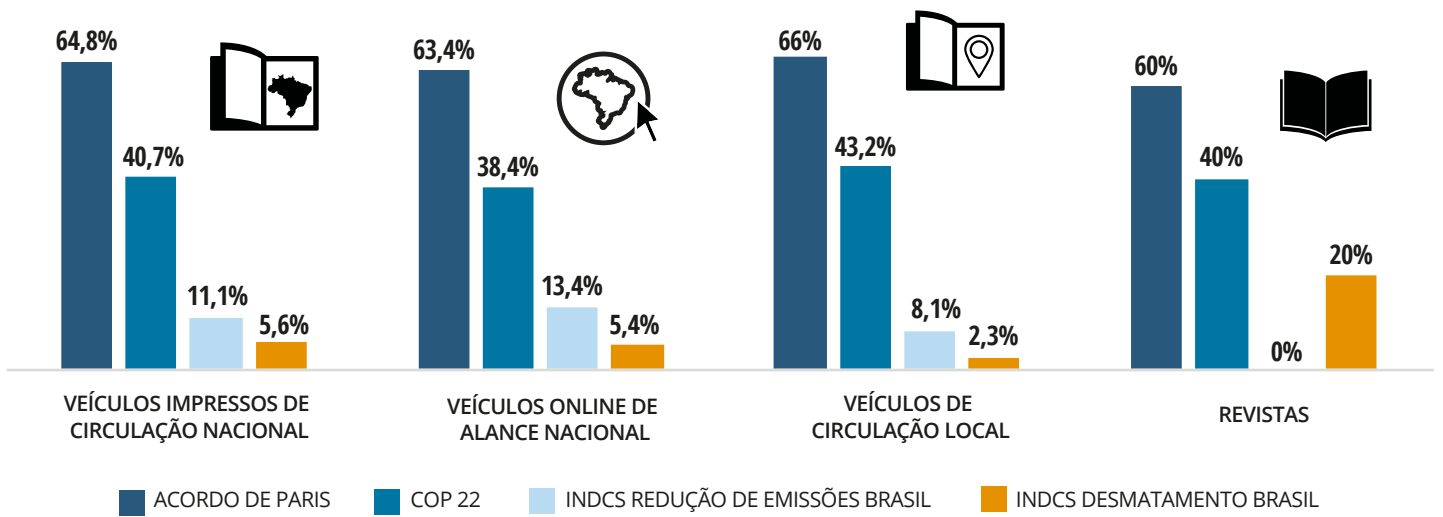


Menção a estatísticas



Ação coletiva internacional

Menção a acordos internacionais



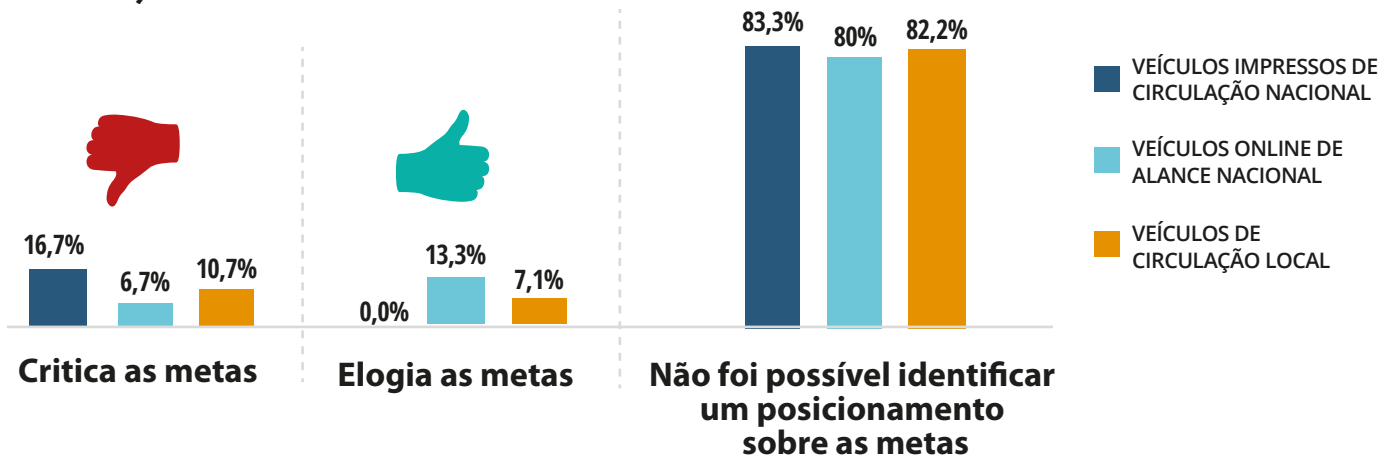
Como era esperado, um dos destaques na cobertura sobre as mudanças climáticas no período de análise foi o Acordo de Paris, que entrou oficialmente em vigor no dia 04 de novembro de 2016. O Acordo foi mencionado em mais de 60% dos textos. A COP 22 também teve destaque no noticiário. A chamada "COP da ação" tinha o objetivo de definir alternativas concretas de combate ao aquecimento, tendo em vista as metas estabelecidas em Paris.

A menção às INDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) brasileiras foi menos recorrente. As metas de redução de emissões de 37% até 2025 e de 43% até 2030 foram explicitamente apresentadas em cerca de 10% dos textos. Chama a atenção que a meta de desmatamento ilegal zero assumida pelo governo brasileiro tenha alcançado índices ainda menores. Embora ele tenha chegado a 20% nas revistas, em termos absolutos tivemos apenas um caso nesses veículos.

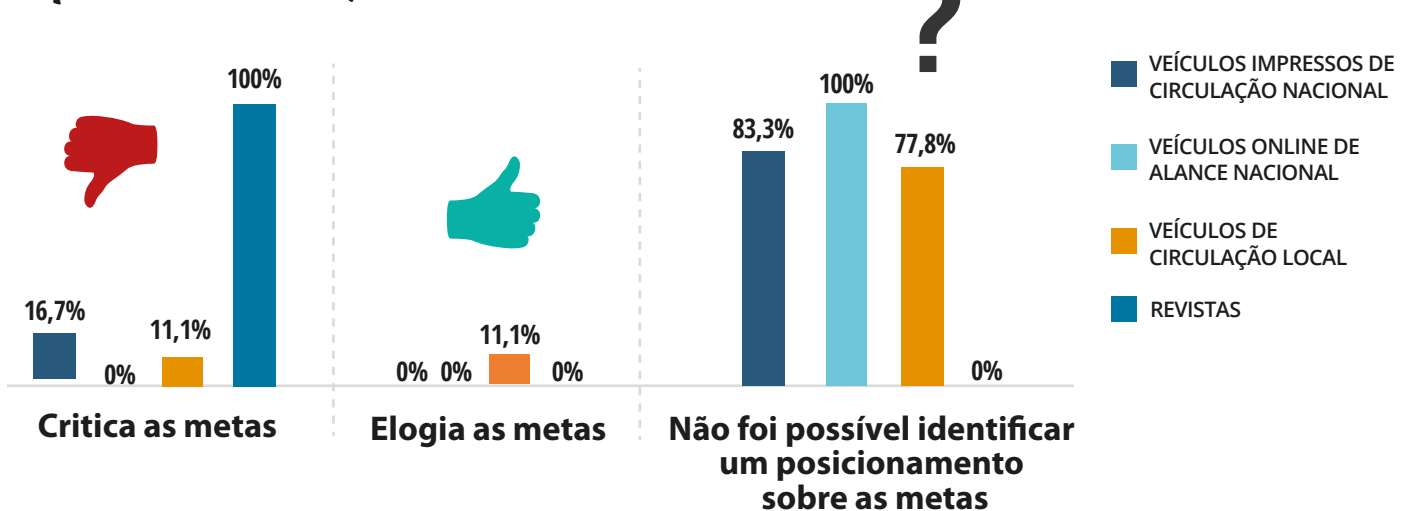
De modo geral, os jornalistas e colunistas responsáveis pelas matérias não se posicionaram em relação às INDCs, mas aqueles que o fizeram assumiram uma postura mais crítica, considerando-as importantes mas, insuficientes.

Vale notar que este monitoramento não contabilizou a referência genérica às intenções nacionais, presente em quase todos os textos sobre o Acordo de Paris. Foram consideradas apenas as menções explícita às metas de redução de emissões e de desmatamento zero.

Avaliação em relação às metas brasileiras de redução de emissões



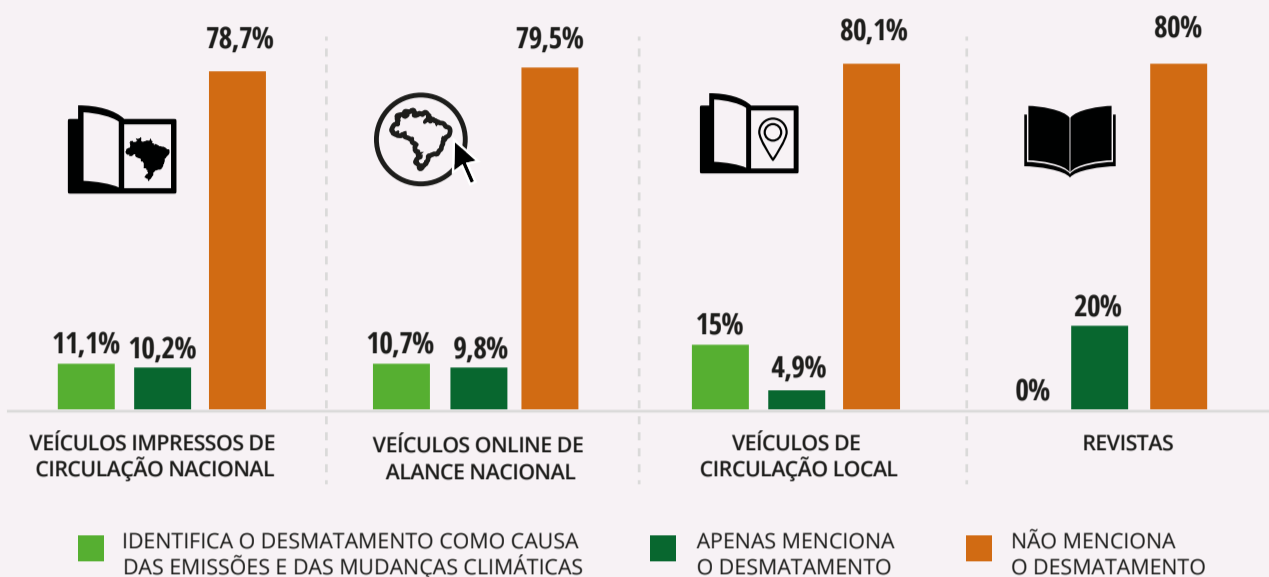
Avaliação em relação às metas brasileiras específicas de redução do desmatamento



Desmatamento e emissões no Brasil

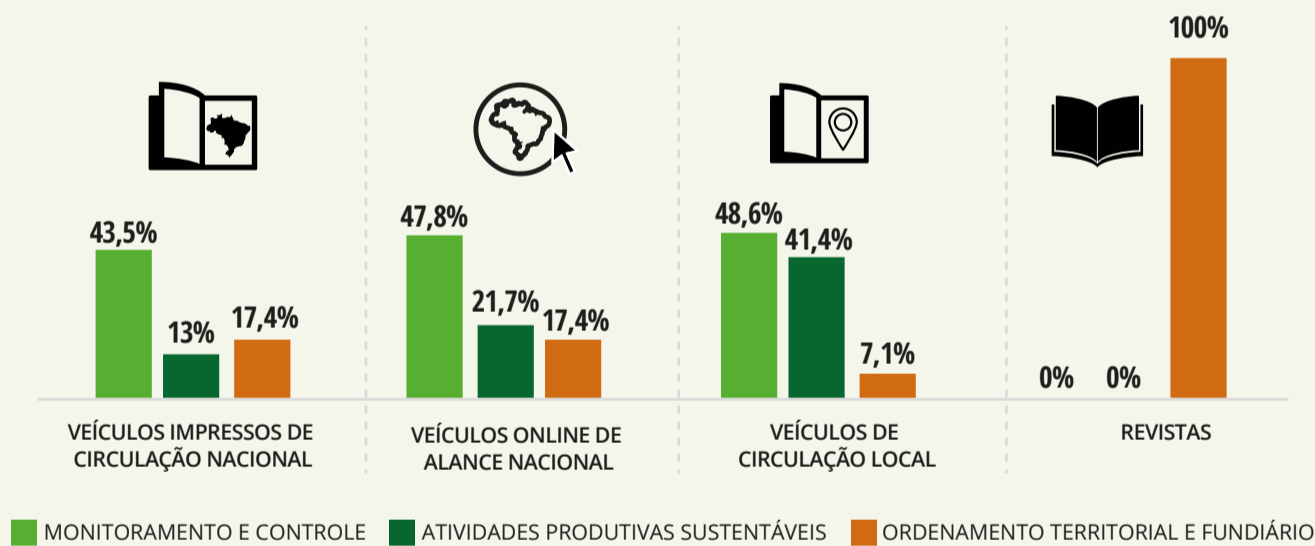
O monitoramento revelou ainda uma associação relativamente baixa entre o desmatamento e as mudanças climáticas por parte da imprensa, especialmente se considerados os relatórios do SEEG (Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa) e do Prodes (Sistema de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal), publicados ao longo do período de análise. O SEEG apontou o desmatamento como um dos principais responsáveis pelo incremento das emissões brasileiras em 2015 e os dados do Sistema Prodes denunciaram um aumento de 16% no desmatamento da Amazônia em relação ao ano anterior.

Abordagem sobre o desmatamento



O desmatamento foi mencionado em aproximadamente 20% dos textos, em cerca de 13% ele foi considerado um dos agentes causadores do aquecimento global. No âmbito da discussão sobre a derrubada da vegetação, as ações de monitoramento e controle compuseram quase metade das notícias e as atividades produtivas sustentáveis cerca de 1/3 delas, com destaque para os veículos de circulação local, com índice um pouco maior (41,4%). As questões de ordenamento territorial e fundiário ocuparam menos espaço (17,4% nos veículos de alcance nacional on-lines e impressos e 7,1% nos de circulação local).

Menção a aspectos relacionados ao desmatamento



Ao longo dos 40 dias de acompanhamento observou-se uma cobertura amplamente influenciada pelo contexto internacional – entrada em vigor do Acordo de Paris, COP 22, pleito presidencial nos Estados Unidos –, mas pouco atenta a dados da realidade brasileira. O aumento nos índices de desmatamento revelado pelo Prodes foi referido em não mais que 10,2% das notícias de cada grupo de veículos, a menção ao aumento das emissões brasileiras ficou em patamares ainda menores.

Destaca-se que nenhuma das matérias publicadas pelas revistas identificou o desmatamento como uma das causas das mudanças climáticas, também não houve referência ao aumento do desmatamento e das emissões brasileiras nesses veículos.

Sobre as emissões e o desmatamento no Brasil

